



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASÍLIA
GERÊNCIA DE CPL

Av. Prefeito Rolando Moreira, 198 - Bairro Centro, Brasília/AC, CEP 69932-000 -
<https://www.brasileia.ac.gov.br/>

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2026
COMPRASGOV nº 90010/2026
Processo Administrativo nº 03.110001039.00008/2026-81

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o(a) Prefeitura Municipal de Brasília, CNPJ 04.508.933/0001-45, por meio do(a) Secretaria Municipal de Comunicação, sediado(a) Av. Prefeito Rolando Moreira, 198, bairro Centro, na cidade de Brasília/AC, CEP 69932000, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade Pregão Eletrônico, na forma Eletrônica, com critério de julgamento Menor Preço, [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da Sessão Pública: 25/06/2026

Hora Inicial : 09:30 (Horário de Brasília)

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços gráficos, comunicação visual, confecção, impressão, personalização e instalação de materiais institucionais, promocionais, informativos e administrativos, sob demanda, com fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e insumos necessários., destinado a atender às Secretarias Municipais de Brasília/Ac. conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em 62 (sessenta e dois) itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Nos itens 01, 02, 03, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 24, 31 não será concedida tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.11. sociedades cooperativas;

3.7.12. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.7.13. pessoas físicas;

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.9. O impedimento de que trata o item 3.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.4 e 3.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.7.4 e 3.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.14. A vedação de que trata o item 3.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em

definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

5.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.6.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.6.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.6.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.6.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.6.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.6.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.6.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.6.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.7. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade,

nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da [Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025](#), para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3, 5.5 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

5.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.13. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

item. 6.1.1. Valor expresso em Reais (R\$).

Seq	Item/Grupo	UND

Seq	Item/Grupo	UND
1	Confecção e instalação de outdoor impresso em policromia no papel 90g, com impressão digital, medindo 3x9m. Obs: com aluguel de espaço mensal	Unitário
2	Confecção e instalação de outdoor impresso em policromia no papel 90g, com impressão digital, medindo 3x9m. mensal	Unitário
3	Confecção e instalação de outdoor impresso em policromia em lona vinil 440g, com impressão digital, medindo 3x9m. 03 meses.	Unitário
4	Confecção e instalação de placas de inauguração em acrílico, incolor, espessura de 4mm, tamanho 40x60cm. Instalação com 4 fixadores em inox nas extremidades e espaçadores em aço inox, com distância de 2 cm entre a placa e a parede, fixação de adesivo em recorte entre as placas.	Unitário
5	Confecção de placas de divulgação/identificação em aço galvanizado, com espessura de 1,25 mm, no tamanho 50x60cm, com quadro e suporte em madeira, com arte colorida impressa em adesivo.	Unitário
6	Confecção e instalação de placas de identificação refletivas, em chapa de aço galvanizado espessura de 1,5mm.	Unitário
7	Placa em aço inox escovado de 1,6mm, personalizada com gravação em foto corrosão em baixo relevo. Letras na cor preto e brasão em policromia 4 cores, com 4 furos. Incluído parafusos com acabamento refinado e buchas para fixação. Tamanho 30cm x 5cm.	Unitário
8	Placa em aço inox, espessura 2mm. Letras na cor preta e brasão em policromia 4 cores, com estojo de luxo revestido com veludo cores a definir. Medidas: 30cm x 50cm.	Unitário
9	Placa em Acrílico, espessura 2mm, letras na cor preta e brasão em policromia 4 cores, com estojo de luxo revestido com veludo cores a definir. Medidas: 30cm x 50cm.	Unitário
10	Placa em acrílico personalizada, modelo de referência PL-012, forma retangular vertical, tamanho: largura 19 cm x altura 22,5 cm, com base de encaixe lateral removível, ou equivalente em qualidade e especificações técnicas.	Unitário
11	Placa de homenagem com impressões coloridas e com gravações em baixo relevo, medalhões em fundição e bronze e alumínio. Molduras em madeira, mdf, acrílico e granito. Tamanho da placa: 23x15cm, Tamanho do estojo: 28x20cm	Unitário
12	Confecção de Medalha de Honra personalizadas, fundida em metal, em formato de polígono estrelado, medindo aproximadamente 60 mm de diâmetro, logo em relevo na parte frontal, dourada, flash ouro e fita personalizada, incluindo estojo em veludo para medalha cores do estojo a definir.	Unitário

Seq	Item/Grupo	UND
13	Confecção de Medalha de Honra personalizadas, fundida em metal, em formato de polígono estrelado, medindo aproximadamente 60 mm de diâmetro, logo em relevo na parte frontal, dourada, flash ouro e fita personalizada.	Unitário
14	Confecção de Medalha de Honra personalizadas, em formato de polígono estrelado, fundida em metal + PIN, medindo aproximadamente 60 mm de diâmetro, logo em relevo na parte frontal, dourada, flash ouro e fita personalizada, incluindo estojinho de veludo para medalha + PIN, cores do estojo a definir.	Unitário
15	Confecção de Pin Personalizado, Material: Metal fundido, medindo aproximadamente 13x15mm. Acabamento: Esmaltado e polido. Alto relevo. Fixação: Tipo borboleta ou similar encaixe firme. Design/Formato: Conforme arte aprovada pela contratante.	Unitário
16	Confecção de Botton personalizado. Material: Metal fundido. Podendo ser de alto ou baixo relevo. Tipo de fixação com trava borboleta, tamanho até 4cm. Gravação colorida, conforme a arte do contratante.	Unitário
17	confecção e impressão de banner e faixa em lona vinil 440g, com impressão em cores e aplicação de textos e fotos coloridas.	Unitário
18	Confecção de cavaletes, personalizados, tamanho de 1,0 m x 0,70 cm, pés de 40cm em metalon 30x20 cm, lona com resistência total.	Unitário
19	Confecção e colagem de adesivo colorido para veículos, com resistência e garantia de 02 anos.	Unitário
20	Confecção e confecção de adesivos impermeável, colorido, tamanho: 10x5cm.	Unitário
21	Confecção e impressão em alta resolução e instalação de adesivo colorido para motos.	Unitário
22	Confecção e impressão de adesivo de papel couchê 120g, A4, med. 21cm x 29,7cm, com 4x0 cores.	Unitário
23	Confecção e impressão de folders, 4x4 cores, papel couchê 150g brilho, tam. 29 cm x 14,5 cm, com 2 dobras saída em fotolito.	Unitário
24	Confecção e impressão de cartaz informativo, colorido papel couchê 150g fosco, med. 64 cm x 47 cm, em policromia, 4x0 cores. Acabamento com fita dupla face nas extremidades saída em fotolito.	Unitário
25	Confecção e impressão de flyer med. 15 cm x 21 cm, papel couchê 150g, brilho 4x4 saída em fotolito.	Unitário

Seq	Item/Grupo	UND
26	Confecção e impressão de ventarolas personalizadas, Dimensões: 21cm x 29,7cm. Material: Papel Triplex 280g. Cores: 4x4 ambos os lados. Corte: Personalizado, exigindo uma faca especial para a produção. Pré-produção: Saída em fotolito.	Unitário
27	Confecção e impressão de pasta institucional com bolso na parte interna, formato 31x44cm fechado, papel triplex 300g, 4x1 cores.	Unitário
28	Confecção, diagramação e impressão de Cheque promocional. Material: pvc, espessura aproximadamente de 1mm, laminado com adesivo plastico com impressão digital, medidas aproximadas de 1x0,50 mt.	Unitário
29	Confecção de envelope personalizado, tamanho ofício, com logomarca da prefeitura, em cores variadas.	Unitário
30	Impressão de Cartão Personalizado - 10x15 cm - Laminação Total - Papel Couchê 250gr. - Impresso FRENTE e VERSO, 4x4 cores.	Unitário
31	Impressão de Cartão Personalizado com Dobra - 15x21 cm - Laminação Total - Papel Couchê 250gr. - Impresso FRENTE e VERSO 4x4 cores.	Unitário
32	Impressão de Cartão Personalizado com Dobra - 20x30 cm - Laminação Total - Papel Couchê 250gr. - - Impresso FRENTE e VERSO, 4x4 cores.	Unitário
33	Impressão de Cartão Personalizado com com Dobra – Aproximadamente 28cm x 15cm - Laminação Total - Papel Couchê 250gr. – Com Faca - Impresso FRENTE e VERSO, 4x4 cores.	Unitário
34	Confecção e impressão de Sacola Personalizada com alça. – Tamanho 20 CM - Papel offset 150g - Impresso FRENTE e VERSO, 4x4 cores.	Unitário
35	Confecção e impressão de Sacola Personalizada com alça. – Tamanho 30 CM - Papel offset 150g - Impresso FRENTE e VERSO, 4x4 cores.	Unitário
36	Confecção e impressão de Sacola Personalizada com alça. – Tamanho 40 CM - Papel offset 150g - Impresso FRENTE e VERSO, 4x4 cores.	Unitário
37	Confecção e impressão de cartilhas, livretos ou revistas, medindo 15 cm x 21 cm, fechadas. Capa papel couchê 150g, impressão 4x4, miolo papel couchê 115g, 4x4 cores, com até 20 páginas saída em fotolito.	Unitário
38	Confecção e impressão de cartilhas, livreto ou revista med. 20,5x29,5cm fechada, capa papel couchê 150g, impressão 4x4, miolo papel couchê 115g 4x4 cores com até 40 páginas saída em fotolito.	Unitário

Seq	Item/Grupo	UND
39	Confecção e impressão, livreto ou revista med. 15x22cm fechada. Capa em policromia 4x4 cores, no papel couchê 230g e miolo com papel couchê 150g 4x4 cores. Impressão de amostra para correção e análise até 56 páginas. saída em fotolito.	Unitário
40	Confecção e impressão de cartilhas, livreto ou revista med. 15x21 fechada, 30x21cm aberta. Capa papel couchê 150g, impressão 4x4. Miolo papel couchê 115g 4x4 cores com até 40 páginas saída em fotolito.	Unitário
41	Confecção e impressão de agendas personalizadas, dimensões: aproximadamente 21,5 cm x 15,5 cm. Seguindo as características mínimas: capa e contracapa, confeccionada em papelão A5. Com marcador de páginas em fita de cetim cor a definir. 01 Uma página por dia do ano, papel 75 gr, papel offset branco, incluindo sábado e domingo. As páginas devem ser detalhadas com os dias em numeral e dia da semana de acordo com o calendário escolhido, sendo frente e verso de cada folha, também deverá ter linhas para anotações, com especificações a escolher. contendo calendário anual ano vigente frente e ano posterior no verso. agenda com encadernação wire-o de 1º qualidade. com cores e artes a definir.	Unitário
42	Confecção de Caneca Personalizada, para brindes com alta durabilidade e com alça lateral. capacidade 325ml. Material: porcelana ou cerâmica, altura: 9,5 cm diâmetro: 8,3 cm, comprimento: 12 cm caneca + alça, arte e cores a definir.	Unitário
43	Confecção e impressão de Livros, Formato: aproximadamente 24,5 cm de comprimento x 17 cm de largura. Até 350 trezentas e cinquenta páginas. Miolo: impresso em papel offset branco, gramatura mínima de 90 g/m², impressão frente e verso, em preto ou policromia conforme o conteúdo fornecido. Capa: em papel paraná 1125 g/m², com laminação fosca ou brilhante, contendo orelhas mínimo 7 cm cada, lombada com título e logotipo conforme arte. Acabamento: colado e costurado, tipo brochura, com corte e refile precisos. Encadernação: lombada quadrada, colada e costurada, proporcionando resistência e durabilidade.	Unitário
44	Confecção e impressão de caderno personalizado, 1 uma matéria, no formato A4 aproximadamente 210 mm x 297 mm, contendo no mínimo 80 folhas pautadas, em papel offset branco 63 g/m² ou superior, com margens e linhas. Capa: Dura, produzida em papelão rígido revestido com papel couchê 170 g/m² ou similar, plastificada brilho ou fosca, com arte personalizada fornecida pela contratante. Contracapa: contendo informações institucionais. Miolo: Folhas com cabeçalho personalizado, conforme layout da contratante. Encadernação: Tipo espiral simples ou duplo metálico, resistente, na cor compatível com a arte do caderno.	Unitário
45	Confecção de Caixa Cartonada Convite personalizada, no formato retangular, em material: papel paraná 1125g, modelo horizontal, medindo aproximadamente 23 cm de comprimento x 9 cm de profundidade x 16 cm de largura, material com alta resistência e acabamento elegante. Com tampa contendo o texto colado no verso superior interno ao abrir e fundo vazio. Fechamento: com fita de cetim. Com slogan na parte superior da tampa da caixa conforme arte autorizada da contratante. Cores variadas.	Unitário

Seq	Item/Grupo	UND
46	Confecção de Porta Diploma/Certificado personalizado, em capa dura rígida, medindo 28x40cm fechada, 56x40cm aberta, no formato horizontal, em papel paraná 1125g, de alta resistência e acabamento elegante. Contendo fitas de cetim internas na cor preta para fixação do documento. O produto deve apresentar acabamento de qualidade, sem rebarbas, vincos irregulares ou falhas de colagem. Conforme cor e arte aprovada pela contratante.	Unitário
47	Confecção e impressão de cartão da família papel couchê 115g, impressão 4x0 cores, medindo 10cmx 6cm.	Unitário
48	Confecção e impressão de ficha SINAN – Ficha de notificação e investigação diversas, tamanho A4 em 1x1 cor, papel sulfite 75 gramas blocos com 50 folhas.	Unitário
49	Confecção e impressão de cartão de agendamento em papel couchê 115g, impressão 4x0 cores, medindo 10cmx 6cm.	Unitário
50	Confecção e impressão de caderneta para hipertenso papel couchê 115g, impressão 4x0 cores, tamanho 9cmx14.	Unitário
51	Confecção e impressão de Bloco personalizado em papel sulfite 75g, formato 210mmx21,9mm, impressão offset; cor 1x1 preto; bloco com 50 folhas, cola na parte superior.	Unitário
52	Confecção e impressão de Formulário em papel sulfite 75g; formato 150mmx210mm; impressão offset, cor 1x1 preto; bloco com 50 folhas; 1 via colada.	Unitário
53	Confecção e impressão de Bloco personalizado em papel sulfite 75g/ formato 150mmx210mm; impressão offset; cor 1x0 preto; bloco com 50 folhas;	Unitário
54	Confecção e impressão de bloco de encaminhamento tam. A4 21x29,7mm; papel sulfite 75gr, 1x0 cor; blocos com 100 folhas,	Unitário
55	Impressão de bloco atestado médico tam. A4 21x29,7mm, papel sulfite 75gr, 1x0 cores, bloco com 100 folhas, cola na parte superior.	Unitário
56	Confecção e impressão de Ficha; em papel sulfite 75gr, medindo 210mmx297mm; bloco com 50 folhas, 1x1 cor.	Unitário
57	Confecção e impressão de Cartão registro, em papel cartão 180gr branca; na cor 1x1; medindo 110mmx150mm.	Unitário
58	Confecção e impressão de bloco de requisição de exame, tam. A4 21x29,7mm; papel sulfite 75gr, bloco com 100 folhas 1x1 cores, bloco na parte superior.	Unitário
59	Criação, diagramação e impressão de boletim atendimento tam. A4 21x29,7mm; papel sulfite 75gr; 1x0 cores; bloco com 100 folhas, cola na parte superior.	Unitário

Seq	Item/Grupo	UND
60	Confecção e impressão de Receituário médico, de papel sulfite 75gr, formato 150mmx210mm, impressão offset, cor 1x0 preto; bloco com 100 folhas; cola na parte superior.	Unitário
61	Confecção e impressão de Formulário, em papel sulfite 75gr, formato 210mm x 29,7mm, impressão offset; cor 1x0 preto. Bloco com 50 folhas.	Unitário
62	Impressão de comprovante de vacinação atente-rábica animal. tamanho 9x14 em 1x0 cor, papel sulfite 75 gramas blocos picotados com 50 folhas.	Unitário
63	Confecção e instalação de outdoor impresso em policromia no papel 90g, com impressão digital, medindo 3x9m. Obs: com aluguel de espaço (mensal). Item Exclusivo ME/EPP.	Unitário
64	Confecção e instalação de outdoor impresso em policromia no papel 90g, com impressão digital, medindo 3x9m. (mensal). Item Exclusivo ME/EPP.	Unitário
65	Confecção e instalação de outdoor impresso em policromia em lona vinil 440g, com impressão digital, medindo 3x9m. (03 meses). Item Exclusivo ME/EPP.	Unitário
66	Placa de homenagem com impressões coloridas e com gravações em baixo relevo, medalhões em fundição e bronze e alumínio. Molduras em madeira, mdf, acrílico e granito. Tamanho da placa: 23x15cm, Tamanho do estojo: 28x20cm. Item Exclusivo ME/EPP.	Unitário
67	Confecção de Medalha de Honra personalizadas, fundida em metal, em formato de polígono estrelado, medindo aproximadamente 60 mm de diâmetro, logo em relevo na parte frontal, dourada, flash ouro e fita personalizada, incluindo estojo em veludo para medalha (cores do estojo a definir). Item Exclusivo ME/EPP.	Unitário
68	Confecção de Medalha de Honra personalizadas, fundida em metal, em formato de polígono estrelado, medindo aproximadamente 60 mm de diâmetro, logo em relevo na parte frontal, dourada, flash ouro e fita personalizada. Item Exclusivo ME/EPP.	Unitário
69	Confecção de Medalha de Honra personalizadas, em formato de polígono estrelado, fundida em metal + PIN, medindo aproximadamente 60 mm de diâmetro, logo em relevo na parte frontal, dourada, flash ouro e fita personalizada, incluindo estojo em veludo para medalha + PIN, (cores do estojo a definir). Item Exclusivo ME/EPP.	Unitário
70	Confecção de Botão personalizado. Material: Metal fundido. Podendo ser de alto ou baixo relevo. Tipo de fixação com trava borboleta, tamanho até 4cm. Gravação colorida, conforme a arte do contratante. Item Exclusivo ME/EPP.	Unitário
71	confecção e impressão de banner e faixa em lona vinil 440g, com impressão em cores e aplicação de textos e fotos coloridas. Item Exclusivo ME/EPP.	Unitário

Seq	Item/Grupo	UND
72	Confecção de cavaletes, personalizados, tamanho de 1,0 m x 0,70 cm, pés de 40cm em metalon 30x20 cm, lona com resistência total. Item Exclusivo ME/EPP.	Unitário
73	Confecção e colagem de adesivo colorido para veículos, com resistência e garantia de 02 anos. Item Exclusivo ME/EPP.	Unitário
74	Confecção e confecção de adesivos impermeável, colorido, tamanho: 10x5cm. Item Exclusivo ME/EPP.	Unitário
75	Confecção e impressão de cartaz informativo, colorido papel couchê 150g fosco, med. 64 cm x 47 cm, em policromia, 4x0 cores. Acabamento com fita dupla face nas extremidades (saída em fotolito). Item Exclusivo ME/EPP.	Unitário
76	Confecção e impressão de Sacola Personalizada com alça. – Tamanho 30 CM - Papel offset 150g - Impresso FRENTE e VERSO, 4x4 cores. Item Exclusivo ME/EPP.	Unitário

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à

perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de

Seq	Item/Grupo	Intervalo Mínimo (em R\$)
1	Confecção e instalação de outdoor impresso em policromia no papel 90g, com impressão digital, medindo 3x9m. Obs: com aluguel de espaço mensal	R\$ 0,01
2	Confecção e instalação de outdoor impresso em policromia no papel 90g, com impressão digital, medindo 3x9m. mensal	R\$ 0,01

Seq	Item/Grupo	Intervalo Mínimo (em R\$)
3	Confecção e instalação de outdoor impresso em policromia em lona vinil 440g, com impressão digital, medindo 3x9m. 03 meses.	R\$ 0,01
4	Confecção e instalação de placas de inauguração em acrílico, incolor, espessura de 4mm, tamanho 40x60cm. Instalação com 4 fixadores em inox nas extremidades e espaçadores em aço inox, com distância de 2 cm entre a placa e a parede, fixação de adesivo em recorte entre as placas.	R\$ 0,01
5	Confecção de placas de divulgação/identificação em aço galvanizado, com espessura de 1,25 mm, no tamanho 50x60cm, com quadro e suporte em madeira, com arte colorida impressa em adesivo.	R\$ 0,01
6	Confecção e instalação de placas de identificação refletivas, em chapa de aço galvanizado espessura de 1,5mm.	R\$ 0,01
7	Placa em aço inox escovado de 1,6mm, personalizada com gravação em foto corrosão em baixo relevo. Letras na cor preto e brasão em policromia 4 cores, com 4 furos. Incluído parafusos com acabamento refinado e buchas para fixação. Tamanho 30cm x 5cm.	R\$ 0,01
8	Placa em aço inox, espessura 2mm. Letras na cor preta e brasão em policromia 4 cores, com estojo de luxo revestido com veludo cores a definir. Medidas: 30cm x 50cm.	R\$ 0,01
9	Placa em Acrílico, espessura 2mm, letras na cor preta e brasão em policromia 4 cores, com estojo de luxo revestido com veludo cores a definir. Medidas: 30cm x 50cm.	R\$ 0,01
10	Placa em acrílico personalizada, modelo de referência PL-012, forma retangular vertical, tamanho: largura 19 cm x altura 22,5 cm, com base de encaixe lateral removível, ou equivalente em qualidade e especificações técnicas.	R\$ 0,01
11	Placa de homenagem com impressões coloridas e com gravações em baixo relevo, medalhões em fundição e bronze e alumínio. Molduras em madeira, mdf, acrílico e ganito. Tamanho da placa: 23x15cm, Tamanho do estojo: 28x20cm	R\$ 0,01
12	Confecção de Medalha de Honra personalizadas, fundida em metal, em formato de polígono estrelado, medindo aproximadamente 60 mm de diâmetro, logo em relevo na parte frontal, dourada, flash ouro e fita personalizada, incluindo estojinho em veludo para medalha cores do estojo a definir.	R\$ 0,01
13	Confecção de Medalha de Honra personalizadas, fundida em metal, em formato de polígono estrelado, medindo aproximadamente 60 mm de diâmetro, logo em relevo na parte frontal, dourada, flash ouro e fita personalizada.	R\$ 0,01
14	Confecção de Medalha de Honra personalizadas, em formato de polígono estrelado, fundida em metal + PIN, medindo aproximadamente 60 mm de diâmetro, logo em relevo na parte frontal, dourada, flash ouro e fita personalizada, incluindo estojinho de veludo para medalha + PIN, cores do estojo a definir.	R\$ 0,01
15	Confecção de Pin Personalizado, Material: Metal fundido, medindo aproximadamente 13x15mm. Acabamento: Esmaltado e polido. Alto relevo. Fixação: Tipo borboleta ou similar encaixe firme. Design/Formato: Conforme arte aprovada pela contratante.	R\$ 0,01
16	Confecção de Botton personalizado. Material: Metal fundido. Podendo ser de alto ou baixo relevo. Tipo de fixação com trava borboleta, tamanho até 4cm. Gravação colorida, conforme a arte do contratante.	R\$ 0,01
17	confecção e impressão de banner e faixa em lona vinil 440g, com impressão em cores e aplicação de textos e fotos coloridas.	R\$ 0,01
18	Confecção de cavaletes, personalizados, tamanho de 1,0 m x 0,70 cm, pés de 40cm em metalon 30x20 cm, lona com resistência total.	R\$ 0,01
19	Confecção e colagem de adesivo colorido para veículos, com resistência e garantia de 02 anos.	R\$ 0,01
20	Confecção e confecção de adesivos impermeável, colorido, tamanho: 10x5cm.	R\$ 0,01

Seq	Item/Grupo	Intervalo Mínimo (em R\$)
21	Confecção e impressão em alta resolução e instalação de adesivo colorido para motos.	R\$ 0,01
22	Confecção e impressão de adesivo de papel couchê 120g, A4, med. 21cm x 29,7cm, com 4x0 cores.	R\$ 0,01
23	Confecção e impressão de folders, 4x4 cores, papel couchê 150g brilho, tam. 29 cm x 14,5 cm, com 2 dobras saída em fotolito.	R\$ 0,01
24	Confecção e impressão de cartaz informativo, colorido papel couchê 150g fosco, med. 64 cm x 47 cm, em policromia, 4x0 cores. Acabamento com fita dupla face nas extremidades saída em fotolito.	R\$ 0,01
25	Confecção e impressão de flyer med. 15 cm x 21 cm, papel couchê 150g, brilho 4x4 saída em fotolito.	R\$ 0,01
26	Confecção e impressão de ventarolas personalizadas, Dimensões: 21cm x 29,7cm. Material: Papel Triplex 280g. Cores: 4x4 ambos os lados. Corte: Personalizado, exigindo uma faca especial para a produção. Pré-produção: Saída em fotolito.	R\$ 0,01
27	Confecção e impressão de pasta institucional com bolso na parte interna, formato 31x44cm fechado, papel triplex 300g, 4x1 cores.	R\$ 0,01
28	Confecção, diagramação e impressão de Cheque promocional. Material: pvc, espessura aproximadamente de 1mm, laminado com adesivo plastico com impressão digital, medidas aproximadas de 1x0,50 mt.	R\$ 0,01
29	Confecção de envelope personalizado, tamanho officio, com logomarca da prefeitura, em cores variadas.	R\$ 0,01
30	Impressão de Cartão Personalizado - 10x15 cm - Laminação Total - Papel Couchê 250gr. - Impresso FRENTE e VERSO, 4x4 cores.	R\$ 0,01
31	Impressão de Cartão Personalizado com Dobra - 15x21 cm - Laminação Total - Papel Couchê 250gr. - Impresso FRENTE e VERSO 4x4 cores.	R\$ 0,01
32	Impressão de Cartão Personalizado com Dobra - 20x30 cm - Laminação Total - Papel Couchê 250gr. - - Impresso FRENTE e VERSO, 4x4 cores.	R\$ 0,01
33	Impressão de Cartão Personalizado com com Dobra – Aproximadamente 28cm x 15cm - Laminação Total - Papel Couchê 250gr. – Com Faca - Impresso FRENTE e VERSO, 4x4 cores.	R\$ 0,01
34	Confecção e impressão de Sacola Personalizada com alça. – Tamanho 20 CM - Papel offset 150g - Impresso FRENTE e VERSO, 4x4 cores.	R\$ 0,01
35	Confecção e impressão de Sacola Personalizada com alça. – Tamanho 30 CM - Papel offset 150g - Impresso FRENTE e VERSO, 4x4 cores.	R\$ 0,01
36	Confecção e impressão de Sacola Personalizada com alça. – Tamanho 40 CM - Papel offset 150g - Impresso FRENTE e VERSO, 4x4 cores.	R\$ 0,01
37	Confecção e impressão de cartilhas, livretos ou revistas, medindo 15 cm x 21 cm, fechadas. Capa papel couchê 150g, impressão 4x4, miolo papel couchê 115g, 4x4 cores, com até 20 páginas saída em fotolito.	R\$ 0,01
38	Confecção e impressão de cartilhas, livreto ou revista med. 20,5x29,5cm fechada, capa papel couchê 150g, impressão 4x4, miolo papel couchê 115g 4x4 cores com até 40 páginas saída em fotolito.	R\$ 0,01
39	Confecção e impressão, livreto ou revista med. 15x22cm fechada. Capa em policromia 4x4 cores, no papel couchê 230g e miolo com papel couchê 150g 4x4 cores. Impressão de amostra para correção e análise até 56 páginas. saída em fotolito.	R\$ 0,01
40	Confecção e impressão de cartilhas, livreto ou revista med. 15x21 fechada, 30x21cm aberta. Capa papel couchê 150g, impressão 4x4. Miolo papel couchê 115g 4x4 cores com até 40 páginas saída em fotolito.	R\$ 0,01

Seq	Item/Grupo	Intervalo Mínimo (em R\$)
41	Confeção e impressão de agendas personalizadas, dimensões: aproximadamente 21,5 cm x 15,5 cm. Seguindo as características mínimas: capa e contracapa, confeccionada em papelão A5. Com marcador de páginas em fita de cetim cor a definir. 01 Uma página por dia do ano, papel 75 gr, papel offset branco, incluindo sábado e domingo. As páginas devem ser detalhadas com os dias em numeral e dia da semana de acordo com o calendário escolhido, sendo frente e verso de cada folha, também deverá ter linhas para anotações, com especificações a escolher. contendo calendário anual ano vigente frente e ano posterior no verso. agenda com encadernação wire-o de 1º qualidade. com cores e artes a definir.	R\$ 0,01
42	Confeção de Caneca Personalizada, para brindes com alta durabilidade e com alça lateral. capacidade 325ml. Material: porcelana ou cerâmica, altura: 9,5 cm diâmetro: 8,3 cm, comprimento: 12 cm caneca + alça, arte e cores a definir.	R\$ 0,01
43	Confeção e impressão de Livros, Formato: aproximadamente 24,5 cm de comprimento x 17 cm de largura. Até 350 trezentas e cinquenta páginas. Miolo: impresso em papel offset branco, gramatura mínima de 90 g/m², impressão frente e verso, em preto ou policromia conforme o conteúdo fornecido. Capa: em papel paraná 1125 g/m², com laminação fosca ou brilhante, contendo orelhas mínimo 7 cm cada, lombada com título e logotipo conforme arte. Acabamento: colado e costurado, tipo brochura, com corte e refile precisos. Encadernação: lombada quadrada, colada e costurada, proporcionando resistência e durabilidade.	R\$ 0,01
44	Confeção e impressão de caderno personalizado, 1 uma matéria, no formato A4 aproximadamente 210 mm x 297 mm, contendo no mínimo 80 folhas pautadas, em papel offset branco 63 g/m² ou superior, com margens e linhas. Capa: Dura, produzida em papelão rígido revestido com papel couchê 170 g/m² ou similar, plastificada brilho ou fosca, com arte personalizada fornecida pela contratante. Contracapa: contendo informações institucionais. Miolo: Folhas com cabeçalho personalizado, conforme layout da contratante. Encadernação: Tipo espiral simples ou duplo metálico, resistente, na cor compatível com a arte do caderno.	R\$ 0,01
45	Confeção de Caixa Cartonada Convite personalizada, no formato retangular, em material: papel paraná 1125g, modelo horizontal, medindo aproximadamente 23 cm de comprimento x 9 cm de profundidade x 16 cm de largura, material com alta resistência e acabamento elegante. Com tampa contendo o texto colado no verso superior interno ao abrir e fundo vazio. Fechamento: com fita de cetim. Com slogan na parte superior da tampa da caixa conforme arte autorizada da contratante. Cores variadas.	R\$ 0,01
46	Confeção de Porta Diploma/Certificado personalizado, em capa dura rígida, medindo 28x40cm fechada, 56x40cm aberta, no formato horizontal, em papel paraná 1125g, de alta resistência e acabamento elegante. Contendo fitas de cetim internas na cor preta para fixação do documento. O produto deve apresentar acabamento de qualidade, sem rebarbas, vincos irregulares ou falhas de colagem. Conforme cor e arte aprovada pela contratante.	R\$ 0,01
47	Confeção e impressão de cartão da família papel couchê 115g, impressão 4x0 cores, medindo 10cm x 6cm.	R\$ 0,01
48	Confeção e impressão de ficha SINAN – Ficha de notificação e investigação diversas, tamanho A4 em 1x1 cor, papel sulfite 75 gramas blocos com 50 folhas.	R\$ 0,01
49	Confeção e impressão de cartão de agendamento em papel couchê 115g, impressão 4x0 cores, medindo 10cm x 6cm.	R\$ 0,01
50	Confeção e impressão de caderneta para hipertenso papel couchê 115g, impressão 4x0 cores, tamanho 9cm x 14.	R\$ 0,01
51	Confeção e impressão de Bloco personalizado em papel sulfite 75g, formato 210mm x 21,9mm, impressão offset; cor 1x1 preto; bloco com 50 folhas, cola na parte superior.	R\$ 0,01

Seq	Item/Grupo	Intervalo Mínimo (em R\$)
52	Confecção e impressão de Formulário em papel sulfite 75g; formato 150mmx210mm; impressão offset, cor 1x1 preto; bloco com 50 folhas; 1 via colada.	R\$ 0,01
53	Confecção e impressão de Bloco personalizado em papel sulfite 75g/ formato 150mmx210mm; impressão offset; cor 1x0 preto; bloco com 50 folhas;	R\$ 0,01
54	Confecção e impressão de bloco de encaminhamento tam. A4 21x29,7mm; papel sulfite 75gr, 1x0 cor; blocos com 100 folhas,	R\$ 0,01
55	Impressão de bloco atestado médico tam. A4 21x29,7mm, papel sulfite 75gr, 1x0 cores, bloco com 100 folhas, cola na parte superior.	R\$ 0,01
56	Confecção e impressão de Ficha; em papel sulfite 75gr, medindo 210mmx297mm; bloco com 50 folhas, 1x1 cor.	R\$ 0,01
57	Confecção e impressão de Cartão registro, em papel cartão 180gr branca; na cor 1x1; medindo 110mmx150mm.	R\$ 0,01
58	Confecção e impressão de bloco de requisição de exame, tam. A4 21x29,7mm; papel sulfite 75gr, bloco com 100 folhas 1x1cores, bloco na parte superior.	R\$ 0,01
59	Criação, diagramação e impressão de boletim atendimento tam. A4 21x29,7mm; papel sulfite 75gr; 1x0 cores; bloco com 100 folhas, cola na parte superior.	R\$ 0,01
60	Confecção e impressão de Receituário médico, de papel sulfite 75gr, formato 150mmx210mm, impressão offset, cor 1x0 preto; bloco com 100 folhas; cola na parte superior.	R\$ 0,01
61	Confecção e impressão de Formulário,em papel sulfite 75gr, formato 210mm x 29,7mm, impressão offset; cor 1x0 preto. Bloco com 50 folhas.	R\$ 0,01
62	Impressão de comprovante de vacinação atente-rábica animal. tamanho 9x14 em 1x0 cor, papel sulfit 75 gramas blocos picotados com 50 folhas.	R\$ 0,01
63	Confecção e instalação de outdoor impresso em policromia no papel 90g, com impressão digital, medindo 3x9m. Obs: com aluguel de espaço (mensal). Item Exclusivo ME/EPP.	Unitário
64	Confecção e instalação de outdoor impresso em policromia no papel 90g, com impressão digital, medindo 3x9m. (mensal). Item Exclusivo ME/EPP.	Unitário
65	Confecção e instalação de outdoor impresso em policromia em lona vinil 440g, com impressão digital, medindo 3x9m. (03 meses). Item Exclusivo ME/EPP.	Unitário
66	Placa de homenagem com impressões coloridas e com gravações em baixo relevo, medalhões em fundição e bronze e alumínio. Molduras em madeira, mdf, acrílico e ganito. Tamanho da placa: 23x15cm, Tamanho do estojo: 28x20cm. Item Exclusivo ME/EPP.	Unitário
67	Confecção de Medalha de Honra personalizadas, fundida em metal, em formato de polígono estrelado, medindo aproximadamente 60 mm de diâmetro, logo em relevo na parte frontal, dourada, flash ouro e fita personalizada, incluindo estojinho em veludo para medalha (cores do estojo a definir). Item Exclusivo ME/EPP.	Unitário
68	Confecção de Medalha de Honra personalizadas, fundida em metal, em formato de polígono estrelado, medindo aproximadamente 60 mm de diâmetro, logo em relevo na parte frontal, dourada, flash ouro e fita personalizada. Item Exclusivo ME/EPP.	Unitário
69	Confecção de Medalha de Honra personalizadas, em formato de polígono estrelado, fundida em metal + PIN, medindo aproximadamente 60 mm de diâmetro, logo em relevo na parte frontal, dourada, flash ouro e fita personalizada, incluindo estojinho de veludo para medalha + PIN, (cores do estojo a definir). Item Exclusivo ME/EPP.	Unitário
70	Confecção de Botton personalizado. Material: Metal fundido. Podendo ser de alto ou baixo relevo. Tipo de fixação com trava borboleta, tamanho até 4cm. Gravação colorida, conforme a arte do contratante. Item Exclusivo ME/EPP.	Unitário

Seq	Item/Grupo	Intervalo Mínimo (em R\$)
71	confeção e impressão de banner e faixa em lona vinil 440g, com impressão em cores e aplicação de textos e fotos coloridas. Item Exclusivo ME/EPP.	Unitário
72	Confeção de cavaletes, personalizados, tamanho de 1,0 m x 0,70 cm, pés de 40cm em metalon 30x20 cm, lona com resistência total. Item Exclusivo ME/EPP.	Unitário
73	Confeção e colagem de adesivo colorido para veículos, com resistência e garantia de 02 anos. Item Exclusivo ME/EPP.	Unitário
74	Confeção e confecção de adesivos impermeável, colorido, tamanho: 10x5cm. Item Exclusivo ME/EPP.	Unitário
75	Confeção e impressão de cartaz informativo, colorido papel couchê 150g fosco, med. 64 cm x 47 cm, em policromia, 4x0 cores. Acabamento com fita dupla face nas extremidades (saída em fotolito). Item Exclusivo ME/EPP.	Unitário
76	Confeção e impressão de Sacola Personalizada com alça. – Tamanho 30 CM - Papel offset 150g - Impresso FRENTE e VERSO, 4x4 cores. Item Exclusivo ME/EPP.	Unitário

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.

7.11. No modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o

sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei 14133/21.

7.18.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.

7.18.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos [§§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#). O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

7.19.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto n.º 8538, de 2015).

7.19.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.19.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.19.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.19.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.19.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.19.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

7.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no

[art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

7.21.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.21.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.21.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do [Decreto nº 11.430, de 2023](#), e da [Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025](#);

7.21.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e [Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025](#).

7.22. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.22.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.22.2. empresas brasileiras;

7.22.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.22.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

7.23. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.24.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.24.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.24.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.24.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.24.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção

que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- 8.1.1. SICAF;
- 8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;
- 8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e
- 8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na [Lei nº 8.429, de 1992](#) , também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 8.7.1. conter vícios insanáveis;
- 8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;
- 8.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.7.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência.
- 8.7.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

- 8.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

8.10.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

8.10.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

8.10.3. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexecutáveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

8.11. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semiintegrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.12.2. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.12.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.12.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser

colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.16. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o

declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.11. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.13. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.11.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

9.13.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.13.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.13.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.14. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.11.1

9.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 10 (dez) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos [artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021](#) e reconhece os direitos da Administração previstos nos [artigos 137 a 139 da mesma Lei](#).

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados

na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até

que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.gov.br/pncp/pt-br>

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e

orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0.5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SicaF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: Endereços eletrônico cpl@brasileia.ac.gov.br

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a

Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/pncp/pt-br>

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. ANEXO I - Termo de Referência.

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

16.11.2. ANEXO III - Minuta de Termo de Contrato

16.11.3. ANEXO IV - Minuta de Ata de Registro de Preços

Brasília - Acre , xxx de junho de 2026

Brasília, 08 de junho de 2026.



Documento assinado eletronicamente por **André Schwalbe Gadelha, Pregoeiro**, em 10/06/2026, às 19:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php> informando o código verificador **0000077272** e o código CRC **A37418AE**.

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA – TR nº 3/2026/PMBRS - SEMCOM

Processo nº 03.110001039.00008/2026-81

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de Preços para o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços gráficos, comunicação visual, confecção, impressão, personalização e instalação de materiais institucionais, promocionais, informativos e administrativos, sob demanda, com fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e insumos necessários para Atender as Necessidades da Prefeitura Municipal de Brasileira/AC.

1.2. O serviço é enquadrado como continuado, tendo em vista que a Administração possui necessidade permanente de itens de material gráfico para divulgação, apoio e execução das ações institucionais, campanhas, programas, eventos e demais atividades administrativas, considerando o interesse público envolvido e a necessidade de manutenção regular da comunicação oficial e da prestação dos serviços públicos.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados do(a) assinatura da Ata de Registro de preços, na forma do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogada por igual período até o máximo de 24 (vinte e quatro) meses. Os contratos dela decorrentes, por se tratar de serviço de natureza continuada, terão prazo inicial de 12 (doze) meses, prorrogáveis até o limite de 5 (cinco) anos, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

1.4. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.5. Em relação aos itens 1 e 2, que contemplam, além da confecção e instalação do outdoor, o aluguel mensal do espaço físico para afixação, esclarece-se que a inclusão do aluguel decorre da inviabilidade operacional de segregar tais prestações, uma vez que a locação do espaço é condição necessária e indissociável à execução do serviço gráfico de outdoor. O fornecedor contratado assegura a integração completa — confecção, instalação e disponibilização do espaço — garantindo eficiência, padronização e controle de qualidade. A reunião dessas prestações em um único item encontra respaldo no art. 40, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, sendo justificada pela natureza indissociável do objeto e pela vantajosidade para a Administração.

2. OBJETIVO

2.1 A contratação da empresa para o fornecimento sob demanda, do material gráfico, destina-se a atender às necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de Brasileira – AC, quanto à promoção e divulgação de suas atividades, bem como fornecimento de material de apoio.

3. JUSTIFICATIVA

3.1 As Secretarias Municipais participantes deste Registro de Preços visam à aquisição de materiais gráficos destinados à divulgação institucional e apoio às atividades administrativas. Os bens, objeto deste instrumento, enquadram-se na categoria de bens e serviços comuns, de que trata a Lei nº 14.133, de 2021, por possuírem padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado. A contratação objetiva, por fim, respeita a isonomia entre as partes licitantes, seleciona a proposta mais vantajosa para a administração, que garante a boa qualidade dos produtos ou serviços ofertados a custos mais reduzidos, contribuindo para a diminuição dos gastos governamentais.

3.2 Os bens objeto deste Termo de Referência enquadram-se como bens e serviços comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, por possuírem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos.

3.3 A presente contratação observa os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, assegurando a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

3.4 O Sistema de Registro de Preços será adotado por se tratar de contratação frequente e parcelada, permitindo maior eficiência administrativa, economicidade e melhor gestão dos recursos públicos, nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021.

4. DETALHAMENTO DO OBJETO E DO QUANTITATIVO ESTIMADO

4.1 O objeto deste registro de preços é a contratação de empresa especializada na confecção e fornecimento de material gráfico, conforme descrito e quantificado estimadamente no quadro abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR GLOBAL

1	Confecção e instalação de outdoor impresso em policromia no papel 90g, com impressão digital, medindo 3x9m. Obs: com aluguel de espaço (mensal)	Unidade	65	Sigiloso	Sigiloso
2	Confecção e instalação de outdoor impresso em policromia no papel 90g, com impressão digital, medindo 3x9m. (mensal)	Unidade	57	Sigiloso	Sigiloso
3	Confecção e instalação de outdoor impresso em policromia em lona vinil 440g, com impressão digital, medindo 3x9m. (03 meses).	Unidade	154	Sigiloso	Sigiloso
4	Confecção e instalação de placas de inauguração em acrílico, incolor, espessura de 4mm, tamanho 40x60cm. Instalação com 4 fixadores em inox nas extremidades e espaçadores em aço inox, com distância de 2 cm entre a placa e a parede, fixação de adesivo em recorte entre as placas.	Unidade	142	Sigiloso	Sigiloso
5	Confecção de placas de divulgação/identificação em aço galvanizado, com espessura de (1,25 mm), no tamanho 50x60cm, com quadro e suporte em madeira, com arte colorida impressa em adesivo.	Unidade	141	Sigiloso	Sigiloso
6	Confecção e instalação de placas de identificação refletivas, em chapa de aço galvanizado espessura de 1,5mm.	M²	220	Sigiloso	Sigiloso
7	Placa em aço inox escovado de 1,6mm, personalizada com gravação em foto corrosão em baixo relevo. Letras na cor preto e brasão em policromia (4 cores), com 4 furos. Incluído parafusos com acabamento refinado e buchas para fixação. Tamanho 30cm x 5cm.	Unidade	126	Sigiloso	Sigiloso
8	Placa em aço inox, espessura 2mm. Letras na cor preta e brasão em policromia (4 cores), com estojo de luxo revestido com veludo (cores a definir). Medidas: 30cm x 50cm.	Unidade	95	Sigiloso	Sigiloso
9	Placa em Acrílico, espessura 2mm, letras na cor preta e brasão em policromia (4 cores), com estojo de luxo revestido com veludo (cores a definir). Medidas: 30cm x 50cm.	Unidade	160	Sigiloso	Sigiloso
10	Placa em acrílico personalizada, modelo de referência PL-012, forma retangular vertical, tamanho: largura 19 cm x altura 22,5 cm, com base de encaixe lateral removível, ou equivalente em qualidade e especificações técnicas.	Unidade	170	Sigiloso	Sigiloso

11	Placa de homenagem com impressões coloridas e com gravações em baixo relevo, medalhões em fundição e bronze e alumínio. Molduras em madeira, mdf, acrílico e ganito. Tamanho da placa: 23x15cm, Tamanho do estojo: 28x20cm	Unidade	315	Sigiloso	Sigiloso
12	Confecção de Medalha de Honra personalizadas, fundida em metal, em formato de polígono estrelado, medindo aproximadamente 60 mm de diâmetro, logo em relevo na parte frontal, dourada, flash ouro e fita personalizada, incluindo estojinho em veludo para medalha (cores do estojo a definir).	Unidade	630	Sigiloso	Sigiloso
13	Confecção de Medalha de Honra personalizadas, fundida em metal, em formato de polígono estrelado, medindo aproximadamente 60 mm de diâmetro, logo em relevo na parte frontal, dourada, flash ouro e fita personalizada.	Unidade	825	Sigiloso	Sigiloso
14	Confecção de Medalha de Honra personalizadas, em formato de polígono estrelado, fundida em metal + PIN, medindo aproximadamente 60 mm de diâmetro, logo em relevo na parte frontal, dourada, flash ouro e fita personalizada, incluindo estojinho de veludo para medalha + PIN, (cores do estojo a definir).	Unidade	623	Sigiloso	Sigiloso
15	Confecção de Pin Personalizado, Material: Metal fundido, medindo aproximadamente 13x15mm. Acabamento: Esmaltado e polido. Alto relevo. Fixação: Tipo borboleta ou similar (encaixe firme). Design/Formato: Conforme arte aprovada pela contratante.	Unidade	500	Sigiloso	Sigiloso
16	Confecção de Botton personalizado. Material: Metal fundido. Podendo ser de alto ou baixo relevo. Tipo de fixação com trava borboleta, tamanho até 4cm. Gravação colorida, conforme a arte do contratante.	Unidade	5020	Sigiloso	Sigiloso
17	confecção e impressão de banner e faixa em lona vinil 440g, com impressão em cores e aplicação de textos e fotos coloridas.	M²	1185	Sigiloso	Sigiloso
18	Confecção de cavaletes, personalizados, tamanho de 1,0 m x 0,70 cm, pés de 40cm em metalon 30x20 cm, lona com resistência total.	Unidade	816	Sigiloso	Sigiloso
19	Confecção e colagem de adesivo colorido para veículos, com resistência e garantia de 02 anos.	M²	1250	Sigiloso	Sigiloso
20	Confecção e confecção de adesivos impermeável, colorido, tamanho: 10x5cm.	Unidade	1350	Sigiloso	Sigiloso

21	Confecção e impressão em alta resolução e instalação de adesivo colorido para motos.	M²	347	Sigiloso	Sigiloso
22	Confecção e impressão de adesivo de papel couchê 120g, A4, med. 21cm x 29,7cm, com 4x0 cores.	Unidade	5420	Sigiloso	Sigiloso
23	Confecção e impressão de folders, 4x4 cores, papel couchê 150g brilho, tam. 29 cm x 14,5 cm, com 2 dobras (saída em fotolito).	Unidade	9320	Sigiloso	Sigiloso
24	Confecção e impressão de cartaz informativo, colorido papel couchê 150g fosco, med. 64 cm x 47 cm, em policromia, 4x0 cores. Acabamento com fita dupla face nas extremidades (saída em fotolito).	Unidade	5480	Sigiloso	Sigiloso
25	Confecção e impressão de flyer med. 15 cm x 21 cm, papel couchê 150g, brilho 4x4 (saída em fotolito).	Unidade	3900	Sigiloso	Sigiloso
26	Confecção e impressão de ventarolas personalizadas, Dimensões: 21cm x 29,7cm. Material: Papel Triplex 280g. Cores: 4x4 (ambos os lados). Corte: Personalizado, exigindo uma faca especial para a produção. Pré-produção: Saída em fotolito.	Unidade	9070	Sigiloso	Sigiloso
27	Confecção e impressão de pasta institucional com bolso na parte interna, formato 31x44cm (fechado), papel triplex 300g, 4x1 cores.	Unidade	6061	Sigiloso	Sigiloso
28	Confecção, diagramação e impressão de Cheque promocional. Material: pvc, espessura aproximadamente de 1mm, laminado com adesivo plastico com impressão digital, medidas aproximadas de 1x0,50 mt.	Unidade	252	Sigiloso	Sigiloso
29	Confecção de envelope personalizado, tamanho officio, com logomarca da prefeitura, em cores variadas.	Unidade	4700	Sigiloso	Sigiloso
30	Impressão de Cartão Personalizado - 10x15 cm - Laminação Total - Papel Couchê 250gr. - Impresso FRENTE e VERSO, 4x4 cores.	Unidade	1800	Sigiloso	Sigiloso
31	Impressão de Cartão Personalizado com Dobra - 15x21 cm - Laminação Total - Papel Couchê 250gr. - Impresso FRENTE e VERSO 4x4 cores.	Unidade	3600	Sigiloso	Sigiloso
32	Impressão de Cartão Personalizado com Dobra - 20x30 cm - Laminação Total - Papel Couchê 250gr. - - Impresso FRENTE e VERSO, 4x4 cores.	Unidade	3600	Sigiloso	Sigiloso
33	Impressão de Cartão Personalizado com com Dobra – Aproximadamente 28cm x 15cm - Laminação Total - Papel Couchê 250gr. – Com Faca - Impresso FRENTE e VERSO, 4x4 cores.	Unidade	3300	Sigiloso	Sigiloso

34	Confecção e impressão de Sacola Personalizada com alça. – Tamanho 20 CM - Papel offset 150g - Impresso FRENTE e VERSO, 4x4 cores.	Unidade	2000	Sigiloso	Sigiloso
35	Confecção e impressão de Sacola Personalizada com alça. – Tamanho 30 CM - Papel offset 150g - Impresso FRENTE e VERSO, 4x4 cores.	Unidade	4830	Sigiloso	Sigiloso
36	Confecção e impressão de Sacola Personalizada com alça. – Tamanho 40 CM - Papel offset 150g - Impresso FRENTE e VERSO, 4x4 cores.	Unidade	2130	Sigiloso	Sigiloso
37	Confecção e impressão de cartilhas, livretos ou revistas, medindo 15 cm x 21 cm, fechadas. Capa papel couchê 150g, impressão 4x4, miolo papel couchê 115g, 4x4 cores, com até 20 páginas (saída em fotolito).	Unidade	100	Sigiloso	Sigiloso
38	Confecção e impressão de cartilhas, livreto ou revista med. 20,5x29,5cm fechada, capa papel couchê 150g, impressão 4x4, miolo papel couchê 115g 4x4 cores com até 40 páginas (saída em fotolito).	Unidade	400	Sigiloso	Sigiloso
39	Confecção e impressão, livreto ou revista med. 15x22cm fechada. Capa em policromia 4x4 cores, no papel couchê 230g e miolo com papel couchê 150g 4x4 cores. Impressão de amostra para correção e análise até 56 páginas. (saída em fotolito).	Unidade	400	Sigiloso	Sigiloso
40	Confecção e impressão de cartilhas, livreto ou revista med. 15x21 fechada, 30x21cm aberta. Capa papel couchê 150g, impressão 4x4. Miolo papel couchê 115g 4x4 cores com até 40 páginas (saída em fotolito).	Unidade	360	Sigiloso	Sigiloso
41	Confecção e impressão de agendas personalizadas, dimensões: aproximadamente 21,5 cm x 15,5 cm. Seguindo as características mínimas: capa e contracapa, confeccionada em papelão A5. Com marcador de páginas em fita de cetim (cor a definir). 01 (Uma) página por dia do ano, papel 75 gr, papel offset branco, incluindo sábado e domingo. As páginas devem ser detalhadas com os dias em numeral e dia da semana de acordo com o calendário escolhido, (sendo frente e verso de cada folha), também deverá ter linhas para anotações, com especificações a escolher. contendo calendário anual (ano vigente frente e ano posterior no verso. agenda com encadernação wire-o de 1º qualidade. com cores e artes a definir.	Unidade	306	Sigiloso	Sigiloso

42	Confecção de Caneca Personalizada, para brindes com alta durabilidade e com alça lateral. capacidade 325ml. Material: porcelana ou cerâmica, altura: 9,5 cm diâmetro: 8,3 cm, comprimento: 12 cm (caneca + alça), arte e cores a definir.	Unidade	300	Sigiloso	Sigiloso
43	Confecção e impressão de Livros, Formato: aproximadamente 24,5 cm de comprimento x 17 cm de largura. Até 350 (trezentas e cinquenta) páginas. Miolo: impresso em papel offset branco, gramatura mínima de 90 g/m², impressão frente e verso, em preto ou policromia conforme o conteúdo fornecido. Capa: em papel paraná 1125 g/m², com laminação fosca ou brilhante, contendo orelhas (mínimo 7 cm cada), lombada com título e logotipo conforme arte. Acabamento: colado e costurado, tipo brochura, com corte e refile precisos. Encadernação: lombada quadrada, colada e costurada, proporcionando resistência e durabilidade.	Unidade	100	Sigiloso	Sigiloso
44	Confecção e impressão de caderno personalizado, 1 (uma) matéria, no formato A4 (aproximadamente 210 mm x 297 mm), contendo no mínimo 80 folhas pautadas, em papel offset branco 63 g/m² ou superior, com margens e linhas. Capa: Dura, produzida em papelão rígido revestido com papel couchê 170 g/m² ou similar, plastificada (brilho ou fosca), com arte personalizada fornecida pela contratante. Contracapa: contendo informações institucionais. Miolo: Folhas com cabeçalho personalizado, conforme layout da contratante. Encadernação: Tipo espiral simples ou duplo metálico, resistente, na cor compatível com a arte do caderno.	Unidade	100	Sigiloso	Sigiloso
45	Confecção de Caixa Cartonada Convite personalizada, no formato retangular, em material: papel paraná 1125g, modelo horizontal, medindo aproximadamente 23 cm de comprimento x 9 cm de profundidade x 16 cm de largura, material com alta resistência e acabamento elegante. Com tampa contendo o texto colado no verso superior interno ao abrir e fundo vazio. Fechamento: com fita de cetim. Com slogan na parte superior da tampa da caixa conforme arte autorizada da contratante. (Cores variadas).	Unidade	220	Sigiloso	Sigiloso

46	Confecção de Porta Diploma/Certificado personalizado, em capa dura rígida, medindo 28x40cm fechada, 56x40cm aberta, no formato horizontal, em papel paraná 1125g, de alta resistência e acabamento elegante. Contendo fitas de cetim internas na cor preta para fixação do documento. O produto deve apresentar acabamento de qualidade, sem rebarbas, vincos irregulares ou falhas de colagem. Conforme cor e arte aprovada pela contratante.	Unidade	100	Sigiloso	Sigiloso
47	Confecção e impressão de cartão da família papel couchê 115g, impressão 4x0 cores, medindo 10cmx 6cm.	Unidade	250	Sigiloso	Sigiloso
48	Confecção e impressão de ficha SINAN – Ficha de notificação e investigação diversas, tamanho A4 em 1x1 cor, papel sulfite 75 gramas blocos com 50 folhas.	Bloco	250	Sigiloso	Sigiloso
49	Confecção e impressão de cartão de agendamento em papel couchê 115g, impressão 4x0 cores, medindo 10cmx 6cm.	Unidade	400	Sigiloso	Sigiloso
50	Confecção e impressão de caderneta para hipertenso papel couchê 115g, impressão 4x0 cores, tamanho 9cmx14.	Unidade	400	Sigiloso	Sigiloso
51	Confecção e impressão de Bloco personalizado em papel sulfite 75g, formato 210mmx21,9mm, impressão offset; cor 1x1 preto; bloco com 50 folhas, cola na parte superior.	Bloco	600	Sigiloso	Sigiloso
52	Confecção e impressão de Formulário em papel sulfite 75g; formato 150mmx210mm; impressão offset, cor 1x1 preto; bloco com 50 folhas; 1 via colada.	Bloco	100	Sigiloso	Sigiloso
53	Confecção e impressão de Bloco personalizado em papel sulfite 75g/ formato 150mmx210mm; impressão offset; cor 1x0 preto; bloco com 50 folhas;	Bloco	190	Sigiloso	Sigiloso
54	Confecção e impressão de bloco de encaminhamento tam. A4 21x29,7mm; papel sulfite 75gr, 1x0 cor; blocos com 100 folhas,	Bloco	160	Sigiloso	Sigiloso
55	Impressão de bloco atestado médico tam. A4 21x29,7mm, papel sulfite 75gr, 1x0 cores, bloco com 100 folhas, cola na parte superior.	Bloco	300	Sigiloso	Sigiloso
56	Confecção e impressão de Ficha; em papel sulfite 75gr, medindo 210mmx297mm; bloco com 50 folhas, 1x1 cor.	Bloco	150	Sigiloso	Sigiloso
57	Confecção e impressão de Cartão registro, em papel cartão 180gr branca; na cor 1x1; medindo 110mmx150mm.	Unidade	130	Sigiloso	Sigiloso

58	Confecção e impressão de bloco de requisição de exame, tam. A4 21x29,7mm; papel sulfite 75gr, bloco com 100 folhas 1x1 cores, bloco na parte superior.	Bloco	100	Sigiloso	Sigiloso
59	Criação, diagramação e impressão de boletim atendimento tam. A4 21x29,7mm; papel sulfite 75gr; 1x0 cores; bloco com 100 folhas, cola na parte superior.	Bloco	100	Sigiloso	Sigiloso
60	Confecção e impressão de Receituário médico, de papel sulfite 75gr, formato 150mmx210mm, impressão offset, cor 1x0 preto; bloco com 100 folhas; cola na parte superior.	Bloco	100	Sigiloso	Sigiloso
61	Confecção e impressão de Formulário, em papel sulfite 75gr, formato 210mm x 29,7mm, impressão offset; cor 1x0 preto. Bloco com 50 folhas.	Bloco	100	Sigiloso	Sigiloso
62	Impressão de comprovante de vacinação atente-rábica animal. tamanho 9x14 em 1x0 cor, papel sulfite 75 gramas blocos picotados com 50 folhas.	Bloco	100	Sigiloso	Sigiloso
63	Confecção e instalação de outdoor impresso em policromia no papel 90g, com impressão digital, medindo 3x9m. Obs: com aluguel de espaço (mensal). Item Exclusivo ME/EPP.	Unidade	21	Sigiloso	Sigiloso
64	Confecção e instalação de outdoor impresso em policromia no papel 90g, com impressão digital, medindo 3x9m. (mensal). Item Exclusivo ME/EPP.	Unidade	18	Sigiloso	Sigiloso
65	Confecção e instalação de outdoor impresso em policromia em lona vinil 440g, com impressão digital, medindo 3x9m. (03 meses). Item Exclusivo ME/EPP.	Unidade	11	Sigiloso	Sigiloso
66	Placa de homenagem com impressões coloridas e com gravações em baixo relevo, medalhões em fundição e bronze e alumínio. Molduras em madeira, mdf, acrílico e granito. Tamanho da placa: 23x15cm, Tamanho do estojo: 28x20cm. Item Exclusivo ME/EPP.	Unidade	100	Sigiloso	Sigiloso
67	Confecção de Medalha de Honra personalizadas, fundida em metal, em formato de polígono estrelado, medindo aproximadamente 60 mm de diâmetro, logo em relevo na parte frontal, dourada, flash ouro e fita personalizada, incluindo estojo em veludo para medalha (cores do estojo a definir). Item Exclusivo ME/EPP.	Unidade	200	Sigiloso	Sigiloso

68	Confecção de Medalha de Honra personalizadas, fundida em metal, em formato de polígono estrelado, medindo aproximadamente 60 mm de diâmetro, logo em relevo na parte frontal, dourada, flash ouro e fita personalizada. Item Exclusivo ME/EPP.	Unidade	275	Sigiloso	Sigiloso
69	Confecção de Medalha de Honra personalizadas, em formato de polígono estrelado, fundida em metal + PIN, medindo aproximadamente 60 mm de diâmetro, logo em relevo na parte frontal, dourada, flash ouro e fita personalizada, incluindo estojinho de veludo para medalha + PIN, (cores do estojo a definir). Item Exclusivo ME/EPP.	Unidade	207	Sigiloso	Sigiloso
70	Confecção de Botton personalizado. Material: Metal fundido. Podendo ser de alto ou baixo relevo. Tipo de fixação com trava borboleta, tamanho até 4cm. Gravação colorida, conforme a arte do contratante. Item Exclusivo ME/EPP.	Unidade	400	Sigiloso	Sigiloso
71	confecção e impressão de banner e faixa em lona vinil 440g, com impressão em cores e aplicação de textos e fotos coloridas. Item Exclusivo ME/EPP.	M²	300	Sigiloso	Sigiloso
72	Confecção de cavaletes, personalizados, tamanho de 1,0 m x 0,70 cm, pés de 40cm em metalon 30x20 cm, lona com resistência total. Item Exclusivo ME/EPP.	Unidade	270	Sigiloso	Sigiloso
73	Confecção e colagem de adesivo colorido para veículos, com resistência e garantia de 02 anos. Item Exclusivo ME/EPP.	M²	415	Sigiloso	Sigiloso
74	Confecção e confecção de adesivos impermeável, colorido, tamanho: 10x5cm. Item Exclusivo ME/EPP.	Unidade	310	Sigiloso	Sigiloso
75	Confecção e impressão de cartaz informativo, colorido papel couchê 150g fosco, med. 64 cm x 47 cm, em policromia, 4x0 cores. Acabamento com fita dupla face nas extremidades (saída em fotolito). Item Exclusivo ME/EPP.	Unidade	1800	Sigiloso	Sigiloso
76	Confecção e impressão de Sacola Personalizada com alça. – Tamanho 30 CM - Papel offset 150g - Impresso FRENTE e VERSO, 4x4 cores. Item Exclusivo ME/EPP.	Unidade	1000	Sigiloso	Sigiloso

5. DA FORMA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

5.1 Os serviços objetos deste Termo de Referência serão executados pela contratada com as características detalhadas abaixo.

5.1.1 A contratada deverá efetuar a entrega dos itens objeto deste instrumento na cidade de Brasileira-AC, no Almoxarifado da Prefeitura Municipal de Brasileira-AC, situado à Av. Rolando Moreira n.º 198 - Centro, em Brasileira/AC;

5.1.2 Quanto à qualidade dos materiais gráficos fornecidos durante a vigência da Ata de Registro de Preços e do Contrato que por ela for proveniente, eles deverão ser de qualidade, legíveis e não poderão apresentar manchas e/ou defeitos de impressão, sob pena de substituição do item, sem ônus adicional à Contratante.

5.1.3 A demanda para a prestação de serviços objeto deste Termo de Referência será efetuada através de Ordem de Serviço (OS) emitida por pessoa designada pelo órgão fiscalizador da Ata de Registro de Preços, na qual a quantidade mínima solicitada será 01 unidade.

6. DO RECEBIMENTO, PRAZO, GARANTIA E LOCAL DE ENTREGA:

6.1 O serviço de confecção e de fornecimento dos materiais gráficos, sempre que forem solicitados, deverão ser entregues no local indicado no subitem 5.1.1 deste Termo de Referência, no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar do recebimento da Ordem de Serviço ou do Contrato.

6.2 A constatação de defeitos, imperfeições, alteração ou qualquer irregularidade, observadas mesmo depois do recebimento ou pagamento, obriga a contratada a efetuar as correções, arcando com todas as despesas decorrentes das confecções ou execuções, bem como com os danos causados a terceiros e/ou contratante.

6.3 O embargo do recebimento definitivo do objeto não implicará dilação do prazo de entrega nem servirá de base para justificar qualquer atraso.

6.4 O recebimento não exclui a responsabilidade da Contratada pela qualidade do serviço prestado.

6.5 A licitante vencedora obriga-se a substituir, no prazo de até 5 (cinco) dias, contados do recebimento da notificação efetuada pelo órgão solicitante, o objeto entregue e aceito, quando comprovada a existência de incorreções e defeitos, cuja verificação somente venha a se dar quando de sua utilização. Findo este prazo, serão aplicadas às penalidades cabíveis.

6.6 Qualquer atraso na execução das obrigações assumidas deverá ser devidamente justificado pela Contratada, mediante comunicação formal ao órgão solicitante, previamente ao vencimento do prazo.

6.6.1 A não apresentação de justificativa ou sua rejeição sujeitará a Contratada às sanções administrativas previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

6.7 O prazo para entrega dos itens objeto deste termo de referência é de **10 (dez) dias** a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento e/ou do Contrato.

6.8 A execução do objeto deste instrumento será realizada no município de Brasília-AC.

7. FUNDAMENTO LEGAL

7.1 O presente processo licitatório será regido pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e pelas demais normas aplicáveis ao Sistema de Registro de Preços.

7.2 Aplica-se ao Sistema de Registro de Preços o Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais normas de direito administrativo e princípios gerais da Administração Pública. O Decreto Federal nº 7.892/2013 foi expressamente revogado pelo art. 46 do Decreto nº 11.462/2023, não mais se aplicando às contratações regidas pela Lei nº 14.133/2021.

8. PRAZO DE VIGÊNCIA DO REGISTRO DE PREÇOS

8.1 A validade do registro será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 A Contratada deverá entregar os itens objeto deste termo de referência, nas condições e prazo determinados no item 6 e seus subitens deste instrumento, devendo comunicar ao órgão solicitante da Ordem de Fornecimento e/ou Contrato emitido em decorrência da Ata de Registro de Preços, no prazo de até **24h (vinte e quatro horas)**, a existência de problemas para execução do objeto, quando for solicitado;

9.2 Cumprir integralmente as disposições da Lei nº 14.133/2021, especialmente no que se refere à execução

contratual, responsabilidades, sanções administrativas e manutenção das condições de habilitação durante toda a vigência da contratação.

9.3 A CONTRATADA compromete-se e obriga-se a cumprir o estabelecido neste Termo de Referência;

9.4 A CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas, diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus à **CONTRATANTE**;

9.5 A CONTRATADA será responsável pela observância de toda legislação pertinente direta ou indiretamente aplicável ao objeto deste Termo de Referência;

9.6 A CONTRATADA será a única responsável por danos e prejuízos, de qualquer natureza, causada a **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste Termo de Referência, isentando a **CONTRATANTE** de todas as reclamações que porventura possam surgir, ainda que tais reclamações sejam resultantes de atos prepostos ou de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, empregadas ou ajustadas na execução do objeto;

9.7 Fica expressamente estipulado que não se estabelece por força do fornecimento do objeto deste Termo de Referência qualquer relação de emprego entre a **CONTRATANTE** e os empregados da **CONTRATADA**;

9.8 A CONTRATADA se responsabiliza por todas as despesas decorrentes do objeto deste Termo de Referência, tais como salários, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas, comerciais, seguros de acidentes, tributos, indenizações, vale-transporte, vale-refeição e outros benefícios exigidos. A inadimplência da **CONTRATADA** para com estes encargos, não transfere à **CONTRATANTE** a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato;

9.9 Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da **CONTRATANTE**;

9.10 Acatar todas as orientações da **CONTRATANTE**, emanadas pelo fiscal do contrato, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

9.11 Manter, durante o fornecimento do objeto deste Termo de Referência, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.12 Cumprir integralmente as disposições da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto às responsabilidades, sanções e execução contratual.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 Efetuar os pagamentos correspondentes às faturas emitidas dentro do prazo legal;

10.2 Proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução deste Registro de Preços;

10.3 Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitadas pela **CONTRATADA**;

10.4 Permitir acesso aos funcionários da **CONTRATADA**, desde que devidamente identificados, aos locais onde será executado o objeto deste Termo de Referência, nos horários de expediente normal ou em outros horários constantes em acordos firmados entre as partes.

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

11. DO PAGAMENTO

11.1 O pagamento será efetuado conforme prazo estabelecido no contrato, mediante apresentação de nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal do contrato.

11.2 A Contratada deverá manter regularidade fiscal durante toda a execução contratual, nos termos do art. 92, inciso XVI, da Lei nº 14.133/2021.

11.3 É vedada a antecipação de pagamento, salvo nas hipóteses legalmente previstas.

11.4 Para a efetivação do pagamento, devem ser adotados os seguintes procedimentos obrigatórios:

a) apresentação de nota fiscal ou fatura a ser encaminhada à Seção Administrativa localizada na rua

Av. Prefeito Rolando Moreira, 198, Centro em Brasileira/AC ou pelo e-mail institucional comunicacao@brasileia.ac.gov.br, do fornecimento do produto, no prazo de 5 (cinco) dias úteis anteriores ao seu vencimento;

b) certificação (atesto) referente ao quantitativo do material recebido, sob a responsabilidade do setor responsável pela fiscalização;

c) verificação da regularidade fiscal da Contratada quanto às certidões de regularidade fiscal e trabalhista exigidas na Habilitação em cada sítio correspondente ou no SICAF, quais sejam:

I. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, relativos a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, comprovando a regularidade com a Fazenda Federal;

II. Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, emitida pelo Estado relativo ao domicílio ou sede do Licitante, relativa a tributos estaduais, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual;

III. Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, emitida pelo Estado relativa ao domicílio ou sede do Licitante, da Dívida Ativa da Fazenda Estadual;

IV. Certidão Negativa de Débito - CND, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, emitida pelo Município relativo ao domicílio ou sede do Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal;

V. Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRS, emitido pela Caixa Econômica Federal – CEF, comprovando a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

VI. Certidão Negativa de Débito – CND, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, comprovando a regularidade perante a Seguridade Social.

12. FISCALIZAÇÃO

12.1 A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor designado como Fiscal de Contrato, bem como por Gestor de Contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

12.2 Compete ao fiscal do contrato acompanhar a execução, verificar o cumprimento das obrigações, atestar notas fiscais e comunicar eventuais irregularidades

12.2.1 O fiscal/gestor do contrato ou documento equivalente serão exercidas por servidores formalmente designados por Portaria específica, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021: (a) Gestor do Contrato: a ser designado por Portaria da autoridade competente, antes da assinatura do instrumento contratual; (b) Fiscal Técnico do Contrato: a ser designado por Portaria da autoridade competente, antes da assinatura do instrumento contratual. É vedada a designação do mesmo servidor para exercer cumulativamente as funções de gestor e fiscal técnico, salvo nos casos expressamente previstos em lei ou regulamento.

12.2.3 Têm-se como atribuições mínimas do fiscal do contrato:

a) Acompanhar a execução físico-financeira do contrato;

b) Atestar o recebimento e a qualidade dos bens e serviços contratados se estes estiverem em conformidade com as especificações do respectivo objeto contratado;

c) Acompanhar, fiscalizar e orientar o cumprimento das cláusulas contratuais, observando os prazos de vigência e execução;

d) Requerer formalmente ao setor competente, com antecedência, as prorrogações e aditivos necessários, devidamente justificados;

e) Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual informando sobre paralisações ou suspensões que ocorram no contrato;

f) Comunicar formalmente ao respectivo Gestor de Contrato e/ou Gestor de Convênio, eventuais irregularidades após ter notificado formalmente a contratada em casos de descumprimento de cláusulas contratuais e anotar, em formulário próprio, todas as ocorrências que julgar relevantes, relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

g) Zelar pela fiel execução dos contratos, sobretudo no que concerne à qualidade dos materiais fornecidos e dos serviços prestados;

h) Efetuar relação entre os prazos de vigência dos contratos e prazos de vigência dos convênios, se estes forem interdependentes, se o contrato for financiado com recursos de convênio;

i) Estabelecer juntamente com o respectivo gestor, o cronograma de fiscalização.

Francisco Rodrigues Chaves

13. CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO

13.1. Para habilitação no certame, além dos documentos de regularidade jurídica, fiscal, social e trabalhista exigidos nos termos dos arts. 66 a 70 da Lei nº 14.133/2021, o licitante deverá comprovar os seguintes requisitos de qualificação técnica e econômico-financeira.

13.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL

13.2.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de materiais gráficos e prestação de serviços de comunicação visual, mediante apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstrem o fornecimento de objeto compatível em características e quantidades com o objeto deste Termo de Referência, nos termos do art. 67, I, da Lei nº 14.133/2021.

13.2.2. Para fins de comprovação, considerar-se-á compatível o atestado que comprove o fornecimento, em período contínuo ou não, de serviços gráficos envolvendo impressão, confecção e/ou personalização de materiais (banners, adesivos, placas, impressos ou similares), em quantidades equivalentes a pelo menos 50% (cinquenta por cento) do total estimado para o respectivo item ou grupo de itens licitados, admitindo-se o somatório de atestados.

13.2.3. Os atestados deverão identificar: nome e CNPJ do emitente, descrição dos serviços prestados, quantidades e período de execução, podendo ser solicitada a apresentação do contrato correspondente para verificação de autenticidade.

13.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

13.3.1. Comprovação de patrimônio líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação, nos termos do art. 69, III, da Lei nº 14.133/2021, mediante apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social exigível, devidamente registrados na Junta Comercial, assinados por profissional habilitado da área contábil. Para efeito de comprovação, o valor total estimado é de R\$ 4.335.535,00 (quatro milhões, trezentos e trinta e cinco mil, quinhentos e trinta e cinco reais), correspondendo ao patrimônio líquido mínimo exigido de R\$ 433.553,50 (quatrocentos e trinta e três mil, quinhentos e cinquenta e três reais e cinquenta centavos).

13.3.2. Caso o licitante apresente resultado igual ou inferior a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) ou Liquidez Corrente (LC), será exigida, em substituição ou complementação ao patrimônio líquido, a comprovação de capital social mínimo de 10% do valor estimado da contratação.

13.3.3. O atendimento dos índices econômico-financeiros previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante.

14. REAJUSTE DOS PREÇOS REGISTRADOS

14.1. Os preços registrados na Ata de Registro de Preços poderão ser reajustados, após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data de apresentação das propostas, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo — IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE, ou de outro índice que o venha a substituir, nos termos do art. 92, inciso XVI, e do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

14.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste concedido.

14.3. O reajuste será formalizado por apostilamento, dispensando a celebração de termo aditivo, conforme art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

14.4. A Administração poderá realizar pesquisa de mercado previamente ao reajuste, para verificar a compatibilidade do novo valor com os preços praticados no mercado, podendo recusar o reajuste caso o

valor reajustado se mostre superior ao praticado por outros fornecedores para o mesmo objeto.

Brasília-Acre, 06 de maio 2026

André Schwalbe Gadelha
Pregoeiro

Francisco Rodrigues Chaves
Secretário Municipal de Comunicação
Portaria nº 007/2025

MINUTA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

Processo Administrativo nº 03.110001039.00008/2026-81

Ata de Registro de Preços nº XX/2026

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BRASÍLIA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ (MF) sob nº 04.508.933/0001 - 45, com sede na Avenida Prefeito Rolando Moreira, nº 198, Centro, município de Brasília / AC, neste ato, representada pelo seu Prefeito, o Sr. CARLOS ARMANDO DE SOUZA ALVES, CPF/MF sob nº 434.626.932-04, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 006/2026, publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços gráficos, comunicação visual, confecção, impressão, personalização e instalação de materiais institucionais, promocionais, informativos e administrativos, sob demanda, com fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e insumos necessários, especificado no item 1.1. do Termo de Referência, anexo I do Edital n.º 0010/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ItemdoTR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo(se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(a) Prefeitura Municipal de Brasília.

3.2. *Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.*

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. *Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:*

4.1.1. *apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;*

4.1.2. *demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e*

4.1.3. *consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.*

4.2. *A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.*

4.2.1. *O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.*

4.3. *Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.*

4.4. *O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.*

4.5. *O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.*

Dos limites para as adesões

4.6. *As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.*

4.7. *O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.*

4.8. *Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.*

4.9. *A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.*

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. *É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.*

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. *Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.*

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das

sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023 [\[A11\]](#).

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- 9.4.1. Por razão de interesse público;
- 9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

- 10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
- 10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente[\[A12\]](#) após terem assinado a ata.
- 10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
- 10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

- 11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.
- 11.2. *No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.*
- Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Local e data
Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

ItemdoTR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]

X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo(se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

ItemdoTR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo(se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

MINUTA

TERMO DE CONTRATO

(Processo Administrativo nº 03.110001039.00008/2026-81)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx, QUE FAZEM ENTRE SI A
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILEÍIA, POR INTERMÉDIO DO
(A) E
.....

A Prefeitura Municipal de Brasileía, por intermédio do(a) [órgão contratante], com sede no(a) Avenida Prefeito Rolando Moreira, nº 198, Centro, município de Brasileía / AC, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 04.508.933/0001-45, neste ato representado(a) pelo(a) Carlos Armando de Souza Alves inscrito no CPF nº 434.626.932-04, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) Pregão Eletrônico nº 010/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços gráficos e fornecimento de materiais gráficos, comunicação visual, confecção, impressão, personalização e instalação de materiais institucionais, promocionais, informativos e administrativos, sob demanda, com fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e insumos necessários, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						

3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O *Edital da Licitação*;

1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é 12 (doze) meses contados do(a) **sua assinatura**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxxxx)**

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:
- 8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
 - 8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;
 - 8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;
 - 8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
 - 8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e
 - 8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.
- 8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 8.1.10.1. A Administração terá o prazo de *20 (vinte) dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de *15 dias*;
- 8.1.12. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;*
- 8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte

ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- 9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - 9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - 9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
 - 9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - 9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e

insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;

9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. *As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.*

10.2. *Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.*

10.3. *É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.*

10.4. *A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.*

10.5. *Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.*

10.6. *É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.*

10.7. *O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.*

10.8. *O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.*

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

13.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.3.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.8.3. Das indenizações e multas.

13.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.10. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.10.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.10.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/unidade: [...];

II) Fonte de recursos: [...];

III) Programa de trabalho: [...];

IV) Elemento de despesa: [...]; e

V) Plano interno: [...]; e

VI) Nota de empenho: [...];

15.2. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em *Brasília/AC*, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

03.110001039.00008/2026-81

0000075235v3